

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL
Faculdade de Engenharias, Arquitetura e Urbanismo e Geografia
Curso De Geografia - Bacharelado

ALINE CRISTINA FERREIRA DOS SANTOS MENDES

**CONTRASTES E DESAFIOS NOS CENTROS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL
(CEAs) EM CAMPO GRANDE-MS**

Campo Grande - MS
2025

ALINE CRISTINA FERREIRA DOS SANTOS MENDES

**CONTRASTES E DESAFIOS NOS CENTROS EDUCAÇÃO AMBIENTAL (CEAs)
EM CAMPO GRANDE-MS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Geografia - Bacharelado da Faculdade de Engenharia, Arquitetura e Urbanismo e Geografia, da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Geografia.

Orientadora: Prof. Dra. Flávia Akemi Ikuta

Campo Grande - MS

2025



ATA DE DEFESA DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA – BACHARELADO

Às 9 horas do dia 8 de dezembro de 2025, reuniu-se a Banca Examinadora, sob Presidência da Professora Orientadora, para avaliação do Trabalho de Conclusão de Curso do Curso de Graduação em Geografia - Bacharelado da Faculdade de Engenharias, Arquitetura e Urbanismo e Geografia, da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.

Acadêmica: **ALINE CRISTINA FERREIRA DOS SANTOS MENDES**
2020.2109.029-6

RGA:

Título: "**CONTRASTES E DESAFIOS NOS ESPAÇOS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL EM CAMPO GRANDE-MS**"

A banca composta pelos examinadores abaixo relacionados emitiu os seguintes conceitos:

Examinadores:

Conceito:

Profª. Drª. Flávia Akemi Ikuta - (Presidente)

Aprovado

Me. Lilian Ribeiro Pereira (Membro)

Aprovado

Profª. Drª. Adriana Takahashi (Membro)

Aprovado

Prof. Dr. Ary Tavares Rezende Filho (Suplente)

Conceito Final: ☒ Aprovado

☐ Reprovado

Observação: A acadêmica deverá realizar as correções do texto indicadas pela banca.

Este é o parecer.

Campo Grande, 8 de dezembro de 2025.

**NOTA
MÁXIMA
NO MEC**

**UFMS
É 10!!!**



Documento assinado eletronicamente por **Flavia Akemi Ikuta, Professora do Magistério Superior**, em 08/12/2025, às 10:45, conforme horário oficial de Mato Grosso do Sul, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

NOTA
MÁXIMA
NO MEC

UFMS
É 10!!!



Documento assinado eletronicamente por **Lílian Ribeiro Pereira, Usuário Externo**, em 08/12/2025, às 11:16, conforme horário oficial de Mato Grosso do Sul, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

NOTA
MÁXIMA
NO MEC

UFMS
É 10!!!



Documento assinado eletronicamente por **Adriana Takahasi, Membro de Colegiado**, em 08/12/2025, às 11:28, conforme horário oficial de Mato Grosso do Sul, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufms.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **6096295** e o código CRC **88005089**.

COLEGIADO DE GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA (BACHARELADO)

Av Costa e Silva, s/nº - Cidade Universitária

Fone:

CEP 79070-900 - Campo Grande - MS

Referência: Processo nº 23104.016571/2025-60

SEI nº 6096295

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, quero agradecer ao meu esposo, João Gabriel, pelo apoio, incentivo e amor ao longo de toda a nossa vida juntos. Sua presença e motivação foram fundamentais para que eu pudesse seguir firme nos estudos.

Agradeço de coração aos meus filhos, que sempre estiveram presentes e ativos na minha vida acadêmica, me incentivando e auxiliando nos momentos mais difíceis.

Sou imensamente grata aos meus sogros, Rosana e João Mendes, por todo o carinho e por cuidarem das crianças em tantas noites, permitindo que eu pudesse me dedicar totalmente às aulas e à elaboração deste trabalho.

Agradeço também à minha mãe, Genecy, aos meus irmãos, Edmar e Bruna, e à minha tia, Gildaci, por todo incentivo, apoio e carinho, que sempre me deram força para continuar e acreditar na minha capacidade.

Um agradecimento especial à minha orientadora, Prof^ª. Dr^ª. Flávia Akemi Ikuta, por sua paciência, apoio e orientação em todas as etapas da minha graduação, especialmente na realização deste trabalho. Sua dedicação e ensinamentos foram essenciais para que eu pudesse desenvolver este estudo com profundidade e rigor acadêmico.

A todos que, de alguma forma, contribuíram para que este trabalho se tornasse realidade, meu sincero e carinhoso agradecimento.

RESUMO

Este trabalho de conclusão de curso analisa as condições estruturais, administrativas e comunicacionais dos Centros de Educação Ambiental (CEAs) de Campo Grande-MS — Anhanduí, Polonês e Imbirussu — e investiga como tais condições influenciam o desenvolvimento das atividades educativas oferecidas à população. A pesquisa, de abordagem qualitativa e caráter exploratório, utilizou visitas de campo, observação direta, conversas com gestores e análise documental. Os resultados revelam contrastes marcantes entre os três centros. O CEA Anhanduí apresenta fragilidades estruturais significativas, como vandalismo, falta de manutenção e equipe reduzida; o CEA Polonês, embora bem localizado, enfrenta limitações físicas e problemas de assoreamento no Córrego Sóter; já o CEA Imbirussu se destaca por possuir a melhor infraestrutura e maior diversidade de atividades, apesar de enfrentar falhas de comunicação e demora na manutenção. Em todos os centros, a falta de investimentos públicos, a desatualização dos canais institucionais e as mudanças administrativas recentes comprometem o pleno funcionamento das ações de Educação Ambiental. Ainda assim, o comprometimento dos profissionais envolvidos permanece como elemento fundamental para a continuidade das atividades. Conclui-se que os CEAs possuem grande potencial educativo, mas necessitam de maior apoio institucional para garantir práticas contínuas, qualificadas e alinhadas às políticas públicas de Educação Ambiental.

Palavras-chave: Educação Ambiental; CEAs; políticas públicas; Campo Grande-MS; gestão ambiental.

ABSTRACT

This study analyzes the structural, administrative, and communication conditions of the Environmental Education Centers (CEAs) in Campo Grande, Mato Grosso do Sul — Anhanduí, Polonês, and Imbirussu — and examines how these conditions influence the development of educational activities offered to the local population. This qualitative and exploratory research was conducted through field visits, direct observation, conversations with managers and staff, and document analysis. The results reveal significant contrasts among the three centers. The Anhanduí CEA faces severe structural issues, including vandalism, lack of maintenance, and a reduced staff; the Polonês CEA, despite its central location, deals with physical limitations and sedimentation problems in the Sôter stream; and the Imbirussu CEA stands out for having the best infrastructure and the greatest diversity of activities, although it also faces communication challenges and delayed maintenance. Across all centers, the lack of regular public investment, outdated institutional communication channels, and recent administrative restructuring hinder the continuity and quality of environmental education initiatives. Nevertheless, the commitment and dedication of the professionals working in these centers remain essential for sustaining educational activities. The study concludes that CEAs hold great educational potential but require stronger institutional support to ensure consistent, high-quality practices aligned with local environmental education policies.

Keywords: Environmental Education; CEAs; public policies; Campo Grande-MS; environmental management.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Mapa de localização dos CEAs	25
Figura 2 – Sede do CEA Anhanduí	26
Figura 3 – Poço de passagem de água subterrânea – CEA Anhanduí ...	27
Figura 4 – Janela quebrada há mais de 5 anos – CEA Anhanduí	27
Figura 5 – Parte da trilha – CEA Anhanduí	28
Figura 6 – Sala usada para recepção dos visitantes – CEA Anhanduí ..	29
Figura 7 – Fachada do CEA Polonês	30
Figura 8 – Trilha pavimentada do CEA Polonês	31
Figura 9 – Casa ecológica – CEA Polonês	32
Figura 10 – Sistema de captação de água da chuva – CEA Polonês	32
Figura 11 – Córrego Sóter no CEA Polonês	33
Figura 12 – Auditório para receber os visitantes – CEA Polonês	34
Figura 13 – Fachada do CEA Imbirussu	35
Figura 14 – Ponto inicial da trilha – CEA Imbirussu	35
Figura 15 – Trilha pavimentada – CEA Imbirussu	36
Figura 16 – Viveiro – CEA Imbirussu	37
Figura 17 – Córrego Imbirussu	37
Figura 18 – Ponte sobre área alagada – CEA Imbirussu	38

LISTA DE TABELAS

Tabela 1–Caracterização Geral dos Centros de Educação Ambiental de Campo Grande – MS	41
---	----

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
1.1 Justificativa	12
1.2 Problemas	13
1.3 Objetivos da Pesquisa	13
REFERENCIAL TEÓRICO	15
2.1 Educação Ambiental: origens e fundamentos	15
2.2 Leis e políticas públicas	15
2.3 Os Centros de Educação Ambiental (CEAs) no Brasil	16
2.4 Os CEAs de Campo Grande-MS e o papel da PLANURB	17
2.5 Política Municipal de Educação Ambiental de Campo Grande-MS (2023)	18
2.6 O que define oficialmente um Centro de Educação Ambiental (CEA)...	19
METODOLOGIA	22
RESULTADOS E DISCUSSÃO	24
4.1 CEA Anhanduí	25
4.2 CEA Polonês	29
4.3 CEA Imbirussu	34
4.4 Reconhecimento institucional dos CEAs e o caso do Projeto Florestinha..	38
4.5 Desafios e potencialidades	40
CONSIDERAÇÕES FINAIS	43
REFERÊNCIAS	45

1. INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, os problemas ambientais agravados pelas ações humanas têm se tornado cada vez mais evidentes e isso nos leva a refletir com mais sensibilidade sobre a forma como temos tratado a natureza. Como afirma Reigota (1994), a compreensão do meio ambiente exige a percepção das relações entre sociedade, natureza e desenvolvimento, e isso demanda um processo educativo contínuo. Assim, a Educação Ambiental surge como uma ferramenta fundamental para formar sujeitos críticos e conscientes, capazes de adotar atitudes sustentáveis no cotidiano, mesmo naquelas pequenas ações que parecem simples, mas fazem diferença.

No Brasil, esse movimento ganhou força especialmente após eventos internacionais importantes, como a Conferência de Estocolmo (1972) e a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, a Eco-92. Ambos os eventos contribuíram para consolidar a ideia de que a crise ambiental também é social, exigindo mudanças estruturais nos modos de pensar, consumir e viver em sociedade (JACOBI, 2003).

O reconhecimento formal da Educação Ambiental ocorreu a partir da Constituição Federal de 1988, que destaca o direito de todos a um meio ambiente ecologicamente equilibrado e estabelece o dever do Estado e da coletividade de preservá-lo. O artigo 225 afirma: “Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.” (BRASIL, 1988, Art. 225)

Mais adiante, com a criação da Política Nacional de Educação Ambiental, instituída pela Lei nº 9.795/1999, esse compromisso se fortaleceu. A lei define Educação Ambiental como um processo permanente, no qual indivíduos e comunidades constroem valores, competências e atitudes voltadas para a conservação do meio ambiente. Para Sauv   (2005), trata-se de um campo educativo que deve promover a sensibilidade, a participa  o e o envolvimento ativo dos sujeitos em questões socioambientais.

   nesse contexto — de urgência ambiental e desejo de transforma  o — que os Centros de Educa  o Ambiental (CEAs) assumem um papel essencial. Esses espaços não se limitam    sua estrutura física; são ambientes vivos, onde se aprende e experimenta a natureza com todos os sentidos: o ar mais fresco, o cheiro da terra úmida, o som das aves, o

movimento da vegetação e a presença marcante da vida ao redor. A vivência nesses lugares desperta sensações que a sala de aula não consegue reproduzir e cria um vínculo afetivo imediato com o ambiente. Para muitos visitantes, especialmente estudantes, caminhar por uma trilha ou observar espécies nativas é sentir-se parte da natureza, reconhecendo seu valor de forma profunda e concreta. Nesse sentido, os CEAs oferecem não apenas conhecimento, mas a gratificação e o privilégio de vivenciar áreas naturais dentro de uma capital urbana, tornando-se espaços fundamentais para sensibilizar, formar e transformar.

Segundo Guimarães (2004), experiências educativas que envolvem a vivência e o contato direto com o ambiente têm maior potencial de promover consciência crítica, pois mobilizam dimensões afetivas, cognitivas e sociais. Os CEAs acolhem estudantes, professores, famílias e comunidades, oferecendo atividades que provocam reflexão e despertam vínculos com a natureza. Trabalham de forma interdisciplinar e interativa, conectando teoria e prática, o que dialoga diretamente com os princípios da Educação Ambiental crítica, voltada para a transformação social (REIGOTA, 2012 Meio ambiente e representação social).

Inicialmente, a motivação desta pesquisa era compreender como os CEAs recebiam o público escolar e de que maneira conduziam suas atividades pedagógicas, buscando analisar a didática, a atratividade das ações e os benefícios formativos proporcionados pelas vivências ambientais. Para isso, seria realizada uma análise qualitativa das atividades, envolvendo observação direta das ações desenvolvidas nos centros, entrevistas com educadores e gestores para compreender o planejamento e os objetivos das práticas, além da análise de documentos e materiais utilizados nas atividades. A avaliação pedagógica seria organizada em categorias como conteúdos abordados, metodologias aplicadas, participação dos estudantes e coerência com os princípios da Educação Ambiental crítica.

Entretanto, conforme as visitas, conversas e registros de campo avançaram, tornou-se evidente que desafios estruturais e administrativos mais profundos se sobressaíam no cotidiano desses espaços, impactando diretamente seu funcionamento e condicionando as próprias práticas pedagógicas. Por esse motivo, o foco do estudo foi redirecionado para a análise das condições estruturais dos CEAs, sem perder de vista que a metodologia inicial estava formulada e poderia ser aplicada caso o objetivo original tivesse sido mantido.

Durante as visitas de campo, conversas com as equipes e análise de documentos, problemas graves começaram a se destacar: a falta de recursos materiais, a carência de manutenção adequada, a dificuldade de continuidade dos projetos e, principalmente, falhas

em serviços essenciais. Em 2024, por exemplo, o CEA passou meses sem energia elétrica, o que comprometeu atividades básicas. Já em 2025, a ausência de internet limitou o atendimento, a comunicação com escolas e o acesso a materiais pedagógicos. Esses fatores evidenciam fragilidades que extrapolam a dimensão pedagógica e demonstram a necessidade urgente de apoio institucional mais sólido.

Outro ponto que chamou atenção foi a comunicação institucional praticamente inexistente. O blog oficial que deveria centralizar informações sobre os CEAs — assim como os próprios sites individuais — não recebe atualizações desde 10 de novembro de 2016. Essa ausência de informações impede que as escolas e a população em geral acessem dados sobre funcionamento, agenda, propostas pedagógicas e formas de agendamento. Quando descobri essa desatualização, ficou claro que havia algo errado: a comunicação interrompida revela desorganização interna e falta de investimento, dificultando o alcance das ações e afastando o público interessado. Isso se torna ainda mais relevante considerando que, atualmente, a gestão desses espaços não é mais responsabilidade da SEMADUR - Secretaria Municipal De Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano, mas sim da PLANURB - Agência Municipal de Meio Ambiente e Planejamento Urbano de Campo Grande, MS.

Nos últimos anos, a estrutura administrativa ligada ao meio ambiente também passou por mudanças importantes. A antiga SEMADUR deixou de existir como secretaria independente após a reforma administrativa de 2025, dando lugar à SEMADES – Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Gestão Urbana e Desenvolvimento Econômico, Turístico e Sustentável. Essa reorganização ampliou o escopo das políticas ambientais ao integrar meio ambiente, planejamento urbano e desenvolvimento econômico em uma única pasta. Apesar da criação dessa nova secretaria, a gestão direta dos espaços visitados e das ações relacionadas à educação ambiental permaneceu sob responsabilidade da PLANURB, reforçando seu papel como órgão central na coordenação das políticas ambientais no município.

Diante desse cenário, a pesquisa precisou ampliar seu foco. Além de analisar as práticas pedagógicas e os roteiros educativos, tornou-se fundamental compreender em que condições esses espaços operam e quais obstáculos enfrentam diariamente. Assim, este trabalho busca investigar não apenas *como* os CEAs ensinam, mas *em que condições* esse ensino acontece, considerando tanto suas potencialidades quanto suas fragilidades.

Para isso, realizou-se uma análise comparativa entre os três Centros de Educação Ambiental de Campo Grande — CEA Imbirussu, CEA Anhanduí e CEA Polonês — levando em conta informações de campo, observações, conversas com gestores e dados públicos. Os

resultados evidenciam diferenças marcantes entre os centros, influenciadas por localização, apoio institucional, manutenção, disponibilidade de equipe, parcerias, condições estruturais e investimentos.

Compreender essas desigualdades é fundamental para orientar políticas públicas e fortalecer as ações de Educação Ambiental no município. Ao identificar pontos fortes, limitações e desafios persistentes, espera-se contribuir para a construção de práticas educativas mais robustas, inclusivas e significativas, beneficiando estudantes, educadores, a gestão pública e, sobretudo, o meio ambiente como um todo.

1.1 Justificativa

A Educação Ambiental desempenha um papel essencial na formação de sujeitos críticos e conscientes, capazes de compreender as relações entre ser humano, sociedade e natureza. Nesse processo, os Centros de Educação Ambiental (CEAs) surgem como espaços fundamentais, pois aproximam os estudantes do ambiente natural e promovem vivências que dificilmente podem ser replicadas dentro da sala de aula. Porém, para que esses espaços realmente cumpram sua função, é necessário que estejam estruturados, acolhedores e funcionando de maneira adequada.

Durante o processo de investigação, tornou-se evidente que os maiores entraves enfrentados pelos CEAs de Campo Grande - MS não estão apenas na execução das atividades pedagógicas, mas sim nas condições estruturais que sustentam esse trabalho. Falta de manutenção, interrupções de serviços essenciais, carência de equipe, fragilidade na comunicação institucional e dificuldades administrativas comprometem diretamente a qualidade do atendimento ao público.

Essa realidade justifica a necessidade de uma análise que evidencie como essas limitações impactam o funcionamento dos CEAs. Compreender essas fragilidades contribui para o fortalecimento das políticas municipais de Educação Ambiental e para a valorização desses espaços como patrimônio ambiental, educativo e social da cidade.

1.2 Problemas

A pesquisa começou com uma intenção muito simples: entender como os Centros de Educação Ambiental (CEAs) de Campo Grande recebiam as escolas e o público em geral, como funcionava a didática dentro desses espaços e se as atividades realmente traziam benefícios para os estudantes e para as comunidades. Porém, ao longo das visitas e tentativas de contato, ficou claro que o que era para ser o foco principal acabou virando algo secundário, porque outros problemas muito mais urgentes apareceram.

Durante o processo, foram identificadas situações que interferem diretamente no funcionamento dos CEAs, como a falta de recursos básicos para manter as atividades educativas, a precariedade na manutenção das estruturas físicas e a ausência de condições mínimas o que tem prejudicado o atendimento ao público escolar, e também impedem que os próprios funcionários realizem seu trabalho de forma adequada.

Outro ponto que chamou atenção foi a comunicação dos CEAs. A dificuldade de conseguir informações atualizadas é grande, porque os sites oficiais não são atualizados há muitos anos — desde 2016. Tanto o blog “Campo Grande Sustentável”, que deveria divulgar informações dos CEAs da cidade, quanto os sites dos próprios centros estão abandonados. Essa falta de comunicação pública reforça a sensação de que os CEAs estão invisíveis para a população.

Além disso, a falta de internet dentro dos CEAs faz com que os funcionários precisem usar seus próprios aparelhos e até seus números pessoais para contato com escolas e parceiros, algo que mostra não só uma limitação estrutural, mas também uma falta de reconhecimento institucional do trabalho realizado nesses espaços.

Diante disso, o problema central desta pesquisa se torna: como os CEAs de Campo Grande conseguem desenvolver suas atividades de Educação Ambiental mesmo enfrentando limitações estruturais, falta de recursos, dificuldades de comunicação e ausência de suporte institucional adequado?

1.3 Objetivos da Pesquisa

Analisar as condições estruturais, administrativas e comunicacionais dos Centros de Educação Ambiental (CEAs) de Campo Grande-MS e compreender como essas limitações

influenciam o funcionamento das atividades de Educação Ambiental e o atendimento ao público escolar.

- Identificar as fragilidades estruturais, administrativas e de comunicação presentes nos CEAs de Campo Grande.
- Realizar visitas de campo, observações diretas e análise documental para aprofundar a compreensão das condições de funcionamento dos centros.
- Comparar as condições de funcionamento entre os três centros analisados (Anhanduí, Polonês e Imbirussu).
- Verificar como as limitações estruturais, administrativas e comunicacionais impactam a realização das atividades de Educação Ambiental e o atendimento ao público.
- Avaliar os canais de comunicação institucional dos CEAs e sua influência no acesso às informações e na participação da comunidade.
- Reconhecer as potencialidades presentes nos CEAs, mesmo diante das restrições.
- Apontar caminhos que possam fortalecer institucionalmente esses espaços e ampliar sua contribuição para a Educação Ambiental no município.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Educação Ambiental: origens e fundamentos

A Educação Ambiental ganhou destaque a partir da década de 1970, quando questões ambientais passaram a integrar discussões sociais, políticas e educacionais em escala global. Desde então, consolidou-se como um campo voltado à formação de sujeitos capazes de compreender e intervir nas questões ambientais.

Autores como Lima (2024) destacam que a Educação Ambiental deve ser entendida como uma proposta pedagógica voltada à construção de valores, atitudes e comportamentos responsáveis. A Revista Sociedade Científica (2024) reforça que esse processo é permanente e envolve adquirir conhecimentos, desenvolver sensibilidade e atuar na solução de problemas ambientais presentes e futuros. Para Sauv   (2005), trata-se de um processo formativo que envolve dimensões   ticas, afetivas, sociais e políticas.

Nesse sentido, a Educa  o Ambiental ultrapassa o espaço escolar tradicional e se apresenta como eixo transversal capaz de articular saberes e vivências em diferentes contextos. Isso inclui ambientes não formais, como os Centros de Educa  o Ambiental (CEAs), que integram natureza, sociedade e conhecimento por meio de experiências práticas.

Para Paulo Freire (1996), educar envolve diálogo e leitura crítica do mundo. Essa ideia    aprofundada por Guimarães (2004), ao afirmar que a EA deve partir da realidade vivida e das contradições sociais. Assim, as atividades nos CEAs contribuem para desenvolver um olhar mais atento e reflexivo sobre o ambiente, seja por meio do contato direto com a natureza, de trilhas interpretativas ou da observa  o de problemas ambientais locais. Mesmo quando não se utiliza explicitamente o termo “crítica”, esses espaços favorecem a curiosidade, a sensibilidade e a compreensão do ambiente como parte da vida social.

2.2 Leis e Políticas Públicas

A base legal da Educa  o Ambiental no Brasil    ampla e sólida. A Constitui  o Federal de 1988, em seu artigo 225, assegura a todos o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado e impõe ao poder público e    coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo.

Em 1981, foi criada a Política Nacional do Meio Ambiente (Lei nº 6.938/1981), que instituiu o Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA) e estabeleceu princípios e instrumentos para a gestão ambiental integrada. Posteriormente, a Lei nº 9.795/1999 consolidou a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA), definindo-a como

“os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade” (BRASIL, 1999, Art. 1º).

Conforme reforça Santos (2025, p. 15), “a Educação Ambiental se torna uma ferramenta essencial para promover transformações sociais e ambientais, articulando ações entre escolas, comunidades e órgãos públicos.”

A Educação Ambiental crítica, de base freireana, propõe uma pedagogia libertadora e reflexiva. Segundo Delizoicov e Angotti (2002), o processo educativo deve articular a teoria e a prática, considerando o cotidiano dos alunos e a realidade local, promovendo a leitura crítica do mundo. Essa perspectiva fundamenta o papel dos CEAs como espaços que unem sensibilização, conhecimento e ação.

2.3 Os Centros de Educação Ambiental (CEAs) no Brasil

Os Centros de Educação Ambiental (CEAs) são espaços de educação não formal, destinados à promoção de ações educativas voltadas à sensibilização, compreensão e participação das pessoas nas questões ambientais. Diferentemente das instituições escolares, eles não seguem currículo obrigatório nem estrutura formal de ensino; ao contrário, oferecem experiências flexíveis e diversificadas para públicos variados — escolas públicas e privadas, famílias, universitários, pesquisadores, grupos comunitários e visitantes espontâneos.

Os CEAs surgem com o objetivo de aproximar a população dos ambientes naturais e possibilitar vivências que integrem conhecimento, sensibilidade e prática. Para Sauv   (2005), espaços educativos vinculados à natureza ampliam as dimensões afetivas, éticas e sociais da aprendizagem, estimulando uma relação mais consciente com o ambiente. Guimarães (2004) destaca que ambientes não formais permitem articular experiências concretas com reflexões sobre a realidade ambiental.

Em geral, os CEAs oferecem trilhas interpretativas, oficinas temáticas, atividades lúdicas, palestras, observação da fauna e flora, projetos comunitários e ações de sensibilização ambiental. Podem estar vinculados a órgãos públicos, universidades, organizações da

sociedade civil ou unidades de conservação, e cada centro desenvolve sua própria identidade pedagógica conforme sua realidade territorial.

Entre seus objetivos, destacam-se:

- promover ações educativas abertas à comunidade;
- fortalecer a relação entre pessoas e território;
- incentivar práticas sustentáveis;
- apoiar escolas públicas e privadas com atividades complementares;
- ampliar o acesso à informação ambiental;
- criar oportunidades de vivência direta na natureza.

No contexto local, os CEAs de Campo Grande-MS — como o Imbirussu, o Anhanduí e o Polonês — exemplificam esse papel comunitário, atendendo não apenas estudantes, mas toda a população interessada em experiências ambientais. Como aponta Reigota (2012), a Educação Ambiental em espaços não formais tem potencial para transformar percepções, gerar pertencimento e estimular responsabilidade socioambiental. Por isso, os CEAs ocupam papel central nas políticas públicas de EA, atuando como ponte entre conhecimento acadêmico, cotidiano das pessoas e a realidade ambiental local.

Ainda assim, muitos CEAs no Brasil e em Campo Grande-MS enfrentam desafios como falta de equipe, recursos limitados, estruturas frágeis e baixa visibilidade pública. Essas limitações não anulam sua importância, mas reforçam a necessidade de fortalecimento institucional para garantir acesso da comunidade e continuidade das ações educativas.

2.4 Os CEAs de Campo Grande-MS e o papel da PLANURB

Os Centros de Educação Ambiental (CEAs) de Campo Grande-MS foram criados em diferentes períodos administrativos do município, como parte de iniciativas voltadas à ampliação das ações de Educação Ambiental em espaços não formais. A gestão desses centros passou por mudanças ao longo dos anos, sendo inicialmente vinculada à então Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano (SEMADUR) e, posteriormente, à Agência Municipal de Meio Ambiente e Planejamento Urbano (PLANURB), em gestões municipais entre 2000 e 2024.

Os CEAs — Imbirussu, Anhanduí e Polonês — possuem características distintas, mas compartilham a finalidade de aproximar a comunidade da realidade ambiental local. Cada centro oferece áreas verdes, trilhas e espaços de convivência que favorecem atividades

educativas ao ar livre, embora a infraestrutura, a conservação e a disponibilidade de recursos variem de acordo com o histórico de manutenção de cada unidade.

A PLANURB é responsável pela coordenação administrativa desses espaços, garantindo abertura ao público, organização de atividades e apoio às ações de Educação Ambiental desenvolvidas pelas equipes. No entanto, relatos de servidores e documentos oficiais apontam que a falta de investimentos contínuos em manutenção, equipe técnica e comunicação institucional dificulta o pleno funcionamento dos CEAs.

Embora alguns deles possuem acesso a áreas como zonas de observação de fauna, viveiro municipal do Horto Florestal da Vila Popular, esses equipamentos não pertencem aos CEAs e não são oficialmente incorporados às atividades pedagógicas. Dessa forma, as ações educativas concentram-se essencialmente nas trilhas, nas áreas de vegetação e nos espaços de convivência disponíveis em cada unidade.

Além das atividades voltadas às escolas, os CEAs de Campo Grande-MS também recebem a comunidade em geral, grupos voluntários, universidades e visitantes espontâneos, reforçando seu papel como espaços públicos de educação não formal. Autores como Guimarães (2004) e Reigota (2012) destacam que ambientes abertos à comunidade possibilitam vivências significativas que conectam território, percepção ambiental e participação social.

Mesmo com limitações estruturais e operacionais, os CEAs seguem desempenhando funções importantes na cidade e mantêm potencial para ampliar sua atuação por meio de políticas públicas contínuas e valorização institucional.

2.5 Política Municipal de Educação Ambiental de Campo Grande (2023)

A Política Municipal de Educação Ambiental de Campo Grande (2023) consolida a visão de que a Educação Ambiental deve ser uma prática permanente, integrada às políticas públicas locais. O documento, elaborado pela Câmara Municipal, estabelece princípios e diretrizes voltados à promoção da sustentabilidade, à articulação interinstitucional e à valorização da participação popular.

De acordo com o texto da Lei:

“a Política Municipal de Educação Ambiental deve ser executada em consonância com a Política Nacional de Educação Ambiental e com o Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA), garantindo a adaptação às especificidades locais do município” (CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO GRANDE, 2023, p. 1).

A lei também prevê a criação de instrumentos como o Plano Municipal de Educação Ambiental, o Fundo Municipal de Educação Ambiental e o Conselho Municipal de Educação Ambiental, com o objetivo de assegurar a continuidade e a institucionalização das ações educativas ambientais (CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO GRANDE, 2023, p. 7). Esses instrumentos fortalecem diretamente a atuação dos CEAs, que passam a ser reconhecidos como espaços estratégicos da política pública ambiental municipal, atuando na formação cidadã e no apoio às escolas.

Santos (2025, p. 19) reforça que:

“A consolidação das políticas públicas de Educação Ambiental em nível municipal é essencial para garantir que os CEAs mantenham suas atividades de forma autônoma e contínua, promovendo a articulação entre poder público, escolas e comunidades locais.”

Dessa forma, a política municipal contribui para a integração entre o ensino formal e as práticas educativas não formais desenvolvidas pelos CEAs, aproximando escola, território e cidadania.

2.6 O que Define Oficialmente Um Centro de Educação Ambiental (CEA)

Para além do uso cotidiano do termo, ser “CEA” é uma condição jurídico-institucional. Em termos legais e de políticas públicas, um Centro de Educação Ambiental é um equipamento público (ou comunitário) com finalidade educativa permanente, voltado à formação, à pesquisa aplicada, à vivência e à disseminação de práticas socioambientais. A definição decorre principalmente da Política Nacional de Educação Ambiental – PNEA (Lei nº 9.795/1999), de seu Decreto regulamentador nº 4.281/2002, das Diretrizes para Centros de Educação Ambiental (MMA/OCA, 2006) e de marcos complementares, como a Resolução CONAMA nº 422/2010 sobre espaços de EA não formal.

Na prática, o reconhecimento oficial de um CEA depende de critérios cumulativos, que garantem identidade pedagógica, segurança administrativa e *accountability*:

(a) Finalidade educativa contínua

O CEA deve possuir missão formativa permanente em Educação Ambiental (EA), com programas, projetos e atividades regulares (e não ações pontuais). Essa continuidade se expressa em planejamento anual/multianual, registro de atividades, metas e indicadores.

(b) Marco legal de criação e vinculação institucional

É indispensável um ato normativo que institua o CEA (p. ex., decreto, portaria, lei ou resolução do órgão competente), vinculando-o a uma entidade pública (secretaria, agência, fundação) ou, no caso comunitário/ONG, por meio de instrumento de reconhecimento/credenciamento previsto na política local. Esse ato define atribuições, guarda patrimonial, gestão e responsabilidades.

(c) Estrutura físico-pedagógica adequada

O CEA deve dispor de infraestrutura mínima compatível com sua missão: espaços de acolhimento e mediação pedagógica (salas/oficinas/auditório), áreas de vivência ambiental (trilhas, hortas, viveiros, observação da fauna/flora) e condições de acessibilidade e segurança. A infraestrutura não precisa ser suntuosa—mas funcional, segura e acessível.

(d) Equipe técnica e gestão pedagógica

A existência de equipe multiprofissional (educação, biologia, geografia, gestão ambiental etc.) com atribuições definidas e coordenação pedagógica é parte do reconhecimento. Recomenda-se PAP/Plano de Ação próprio, articulado aos currículos escolares e às demandas territoriais.

(e) Integração a sistemas e políticas

CEAs se articulam a políticas e sistemas: PNEA, sistemas municipais/estaduais de EA, conselhos, comitês e planos municipais de EA. O reconhecimento pode incluir cadastros e registros (por exemplo, junto a órgãos ambientais estaduais/municipais), o que facilita captação de recursos e participação em programas (como ICMS Ecológico, editais, termos de fomento).

(f) Transparência e documentação

Relatórios anuais, prestações de contas (quando houver recursos públicos), registros de atividades, controle de público atendido e monitoramento de resultados reforçam a legitimidade e a continuidade do CEA.

Em Campo Grande-MS, essa moldura explica porque Imbirussu, Anhanduí e Polonês são reconhecidos como CEAs (possuem decretos de criação e vinculação), enquanto o espaço onde opera o Projeto Florestinha — a despeito de sua grande relevância socioambiental — não figura como CEA por ausência de ato instituidor específico. Ou seja, provar que um CEA é um CEA significa apresentar o ato

normativo de criação/vinculação, seu plano/PPP, a equipe e a estrutura e a integração formal às políticas de EA.

(g) Implicações práticas do reconhecimento

O *status* jurídico de CEA habilita o equipamento a: (i) integrar planos e fundos municipais de EA, (ii) pleitear recursos e convênios; (iii) compor indicadores (ex.: ICMS Ecológico) e (iv) manter programação educativa contínua com respaldo administrativo. Sem esse reconhecimento, projetos relevantes podem (e devem) atuar, mas não substituem a função institucional de um Centro oficialmente instituído.

3. METODOLOGIA

A pesquisa foi desenvolvida com abordagem qualitativa e de caráter exploratório, buscando compreender a realidade dos Centros de Educação Ambiental (CEAs) de Campo Grande-MS a partir das experiências, percepções e vivências dos seus gestores, funcionários e do contato direto com os próprios espaços. Essa abordagem segue Minayo (2008), que destaca que a pesquisa qualitativa permite interpretar sentidos e compreender fenômenos sociais em profundidade

O estudo teve início em janeiro de 2024, quando começaram as primeiras leituras teóricas e a busca por informações em sites institucionais, blogs e documentos públicos. No entanto, essa fase inicial já revelou uma grande dificuldade: a maior parte dos sites dos CEAs e das páginas oficiais que deveriam trazer informações atualizadas encontra-se desatualizada desde 2016, o que dificultou o acesso a dados consistentes sobre o funcionamento dos centros.

As conversas com os gestores e funcionários foram realizadas apenas em agosto de 2025, justamente em decorrência dessa dificuldade de acesso às informações institucionais. No total, conversei com cinco pessoas ligadas aos CEAs, entre gestores e funcionários, identificados apenas pelas suas funções, preservando sua identidade.

As conversas foram de caráter informal e semiestruturado, seguindo um roteiro básico de temas, mas permitindo que cada participante falasse livremente sobre sua experiência, rotina de trabalho, desafios e a forma como enxerga o papel dos CEAs.

Essas falas foram essenciais não apenas para compreender aspectos organizacionais, mas também para perceber o vínculo afetivo e o sentimento de responsabilidade dos profissionais com o espaço. Muitos demonstram carinho e comprometimento, reforçando que os CEAs representam mais do que um local de trabalho, sendo percebidos como um projeto de vida e um espaço que fortalece a Educação Ambiental no município.

As observações de campo foram realizadas durante as visitas aos CEAs Imbirussu, Anhanduí e Polonês. Nessas visitas, registrei aspectos estruturais, organizacionais e pedagógicos a partir do que eu via e do que ouvia durante as conversas, buscando compreender como os espaços funcionam na prática e de que forma as limitações materiais e administrativas afetam o trabalho das equipes. Vale destacar que nenhum dos CEAs possui viveiro próprio ou observatório de aves, para os Birdwatchers Passarinheiros, Observadores de Aves; as atividades se concentram nas trilhas, áreas verdes e espaços disponíveis.

Além das visitas, realizei análise documental utilizando projetos pedagógicos, relatórios internos, legislações municipais, páginas institucionais e materiais de divulgação. Mesmo que muitos desses documentos não estejam atualizados, eles ajudaram a comparar o que está previsto oficialmente com o que ocorre no cotidiano.

Para organizar os dados coletados, estabelecemos quatro categorias de análise: gestão e políticas públicas; infraestrutura e recursos materiais; práticas educativas e roteiros pedagógicos; envolvimento comunitário e impacto social. A análise qualitativa permitiu interpretar essas categorias, considerando como os sujeitos atribuem sentidos às suas ações e como as condições estruturais influenciam o desenvolvimento das atividades dos CEAs.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados desta pesquisa mostram uma realidade complexa dos Centros de Educação Ambiental de Campo Grande-MS. Cada unidade tem suas próprias características e formas de funcionamento, o que reflete tanto as condições estruturais quanto às políticas de gestão e o envolvimento das equipes. Apesar disso, todos compartilham algo em comum: profissionais extremamente dedicados, que mantêm os CEAs funcionando muitas vezes com esforço pessoal, mesmo diante de limitações significativas.

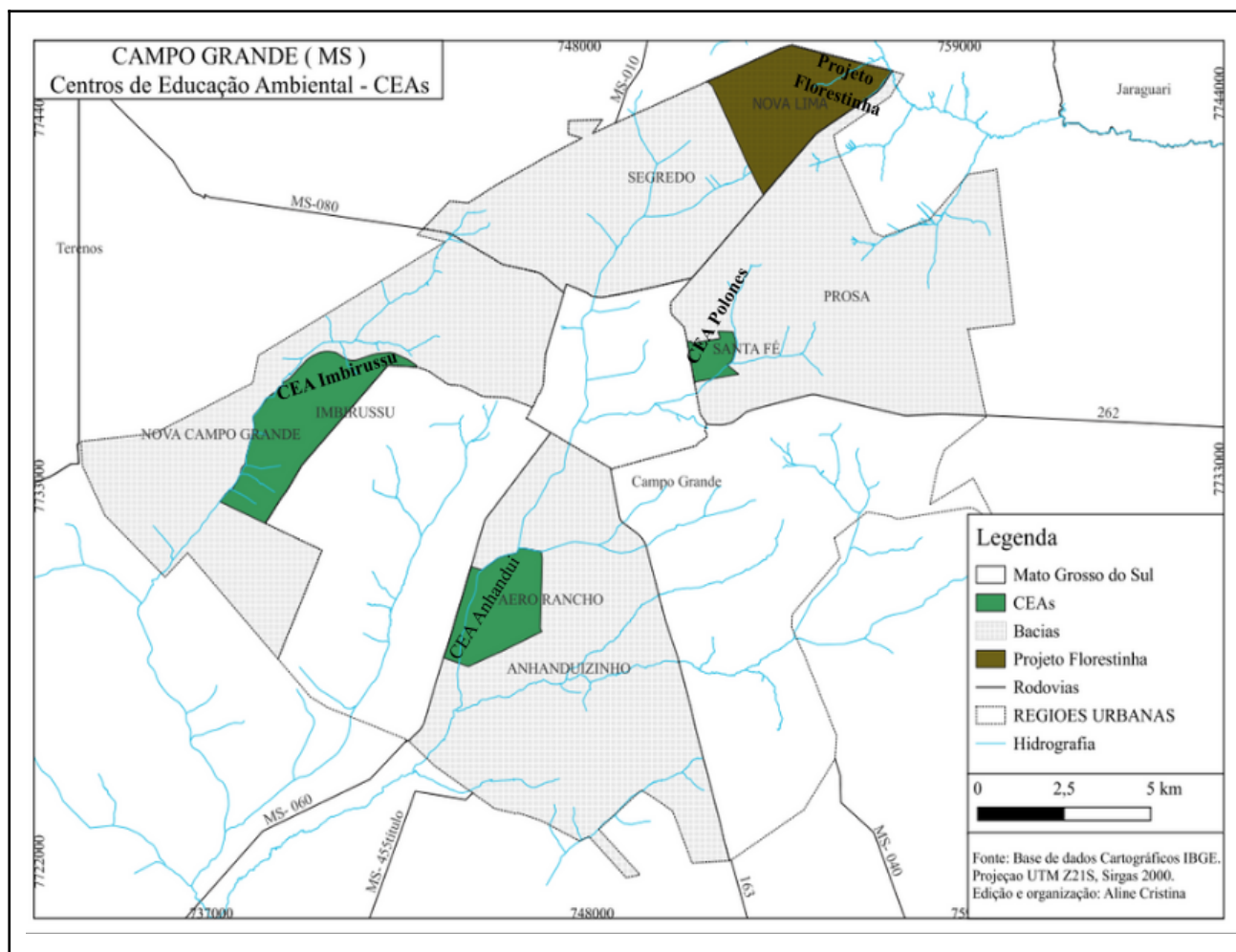
Durante a pesquisa, ficou claro que problemas estruturais e administrativos influenciam diretamente a qualidade das atividades oferecidas aos visitantes. A falta de recursos básicos, como internet em 2025 e até mesmo energia elétrica em 2024, dificulta a comunicação, o planejamento pedagógico e o atendimento ao público. Outro ponto marcante é a ausência de atualização dos sites institucionais, que não recebem novos conteúdos desde 2016, reforçando a sensação de abandono institucional. Além disso, os próprios gestores relataram que muitas vezes precisam usar celulares pessoais para realizar tarefas que deveriam ser garantidas pela estrutura pública.

Apesar dessas limitações, os CEAs continuam oferecendo atividades educativas importantes, mostrando que o comprometimento das equipes ainda sustenta esses espaços. Contudo, o potencial da Educação Ambiental em Campo Grande-MS só poderá ser plenamente alcançado quando houver investimentos adequados, valorização institucional e melhores condições de trabalho para quem atua nesses centros.

A análise espacial também contribuiu para compreender o papel de cada unidade dentro do território urbano. O CEA Imbirussu está localizado na Bacia do Imbirussu, na Região da Nova Campo Grande; o CEA Anhanduí situa-se na Bacia do Anhanduizinho, na Região do Aero Rancho; e o CEA Polonês está inserido na Bacia do Prosa, na Região do Santa Fé. Essas localizações são importantes porque mostram a relação direta entre os CEAs e os cursos d'água que compõem a rede hidrográfica da cidade, reforçando a relevância ambiental e educativa desses territórios.

A Figura 1 apresenta o mapa indicando as principais bacias hidrográficas e a rede de drenagem de Campo Grande-MS, além da localização dos três CEAs. O mapa permite visualizar como cada centro está distribuído dentro das regiões urbanas e em quais bacias se insere, evidenciando as diferenças ambientais, territoriais e de ocupação urbana que influenciam o funcionamento e o contexto de cada unidade.

Figura 1– Mapa de localização dos Centros de Educação Ambiental (CEAs), das bacias hidrográficas e da rede de drenagem de Campo Grande-MS.



Fonte: Elaborado pela autora (2025).

Na Figura 1, pode-se observar, ainda, as principais bacias hidrográficas e a rede de drenagem de Campo Grande-MS e, destaca-se, a localização dos CEAs nas áreas de proteção ambiental de cursos d'água. Assim, evidencia-se uma de suas funções, auxiliar na proteção das águas nas cidades.

4.1 CEA Anhanduí

O CEA do Parque Ecológico do Anhanduí, localizado no bairro Aero Rancho, foi criado pelo Decreto nº 3.762, de 19 de junho de 2000 (CAMPO GRANDE, 2000). É o primeiro Centro de Educação Ambiental instituído em Campo Grande-MS, implantado em 2013, e está inserido na Bacia Hidrográfica do Anhanduizinho. Por ser um Parque Ecológico, sua criação teve como objetivo preservar as veredas presentes no local — ambientes frágeis e fundamentais para a manutenção das nascentes.

No entanto, o processo de canalização das águas subterrâneas e da água pluvial proveniente dos bairros adjacentes tem provocado o rebaixamento do lençol freático, contribuindo para a degradação e perda gradual dessas veredas.

Na Figura 2, observa-se que a sede está situada em área verde, cercada por gramado, e possui uma arquibancada mais baixa que o prédio principal, utilizada para receber os visitantes na parte externa.

Figura 2 - Sede CEA Anhanduí



Fonte: Elaborado pela autora (2025)

Por estar localizado em área composta por nascentes, veredas e drenagens naturais, o espaço possui relevância ecológica e potencial educativo para discutir a preservação dos recursos hídricos e os impactos da urbanização.

A Figura 3 mostra uma estrutura circular de alvenaria que marca o ponto onde as águas subterrâneas e a água pluvial dos bairros adjacentes passam pelo subsolo do parque.

Figura 3: Poço de passagem de água subterrânea CEA Anhanduí



Fonte: Elaborado pela autora (2025)

Apesar de sua importância ambiental, o centro enfrenta sérios problemas estruturais. O gestor Osmar, formado em Geografia, relatou que o CEA sofre com invasões, vandalismo e abandono, comprometendo o pleno funcionamento do espaço. Como declarou: “Esse lugar tem um potencial enorme, mas precisa de atenção. Já invadiram várias vezes e quase nada foi reparado. Falta segurança, transporte e planejamento.” (Informação verbal, 2025).

A figura 4 mostra uma janela do CEA Anhanduí com o vidro quebrado, resultado de atos de vandalismo ocorridos há mais de cinco anos. A estrutura permanece sem reparo desde então, evidenciando a falta de manutenção e os desafios enfrentados pelo centro para preservar seus espaços físicos.

Figura 4: Janela quebrada há mais de 5 anos- CEA Anhanduí



Fonte: Elaborado pela autora (2025)

As trilhas do CEA são estreitas, com vegetação densa e solo sensível. Em períodos chuvosos, parte do percurso apresenta solo hidromórfico, tornando-se instável e encharcado. Osmar relatou que, nessas condições, as crianças transformam o solo em um “pula-pula natural”, tornando o trajeto perigoso e aumentando a degradação ambiental. Por isso, as visitas passaram a ser suspensas em dias de chuva.

A Figura 5 mostra um trecho da trilha, onde a vegetação forma um corredor sombreado que proporciona sensação de imersão na natureza.

Figura 5: Parte da trilha - CEA Anhanduí.



Fonte: Elaborado pela autora (2025)

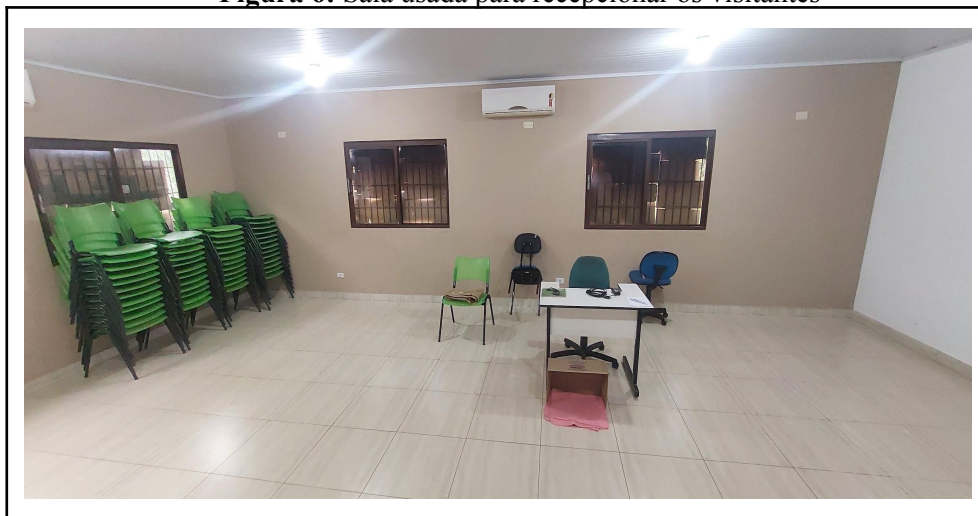
O centro também enfrenta escassez de recursos humanos, contando apenas com o gestor e um colaborador responsável pela limpeza. A falta de equipe limita as atividades educativas, reduz o atendimento ao público e dificulta a manutenção da área. Osmar destacou ainda que, devido à fragilidade ecológica das veredas, o CEA Anhanduí não deveria receber visitação livre. Para ele, o ideal seria a realização de visitas orientadas, acompanhadas e agendadas, garantindo maior proteção às nascentes.

O espaço não possui viveiro e carece de um plano de manejo atualizado que defina diretrizes claras para uso e conservação. As visitas ocorrem somente mediante agendamento e quando as condições estruturais permitem. Mesmo assim, a equipe realiza esforços pontuais para manter atividades como trilhas interpretativas, oficinas de horta e ações de reciclagem.

A figura 6 mostra o interior da sala destinada à recepção dos visitantes no CEA Anhanduí. O espaço é bastante simples e não conta com equipamentos audiovisuais para apresentação de slides ou som. Antigamente havia um datashow, pertencente ao gestor do

centro, mas o equipamento foi roubado e nunca substituído, o que evidencia as limitações estruturais enfrentadas pelo CEA.

Figura 6: Sala usada para recepcionar os visitantes



CEA Anhanduí. **Fonte:** Elaborado pela autora (2025)

O cenário observado reforça a necessidade de investimentos públicos e de maior articulação entre a Planurb e a Secretaria Municipal de Educação, para que o CEA Anhanduí possa exercer plenamente seu papel socioambiental e educativo.

4.2 CEA Polonês

O CEA Leonor Reginato Santini (Polonês) foi criado pelo Decreto nº 4.975, de 25 de julho de 2011, que denomina a praça e institui o Centro de Educação Ambiental (CAMPO GRANDE, 2011a). O CEA Polonês se destaca não pelo tamanho — já que sua área é relativamente pequena, semelhante a uma praça arborizada —, mas pela localização privilegiada, situada na região central da cidade, no bairro Santa Fé, dentro da Bacia Hidrográfica do Prosa, próximo ao Parque das Nações Indígenas. Essa característica facilita o acesso da comunidade e de instituições escolares, embora o espaço tenha limitações físicas que restringem sua possibilidade de expansão.

A figura 7 mostra a fachada da sede do CEA Polonês, um prédio de fácil identificação. A entrada principal é visível e marca o início do espaço destinado às atividades de educação ambiental realizadas no local.

Figura 7: Fachada - CEA Polônes.

Fonte: Elaborado pela autora (2025)

A trilha ecológica do Polonês é curta, toda pavimentada com (pavers) blocos intertravados de concreto ou apenas: “trilha com pavimento intertravado” tem um percurso acessível para públicos de diferentes idades. Ao contrário do CEA Anhanduí, onde predominam árvores nativas, o Polonês conta com uma grande diversidade de espécies frutíferas, o que atrai visitantes da fauna — especialmente aves, que se alimentam das copas mais baixas.

A figura 8 mostra um trecho da trilha do CEA Polonês, que é curta, mais larga e totalmente pavimentada com tijolinhos. Essa estrutura facilita a circulação dos visitantes e torna o percurso mais acessível durante as atividades educativas.

Figura 8: Trilha pavers - CEA Polônes.



Fonte: Elaborado pela autora (2025)

Um dos principais diferenciais do CEA é a Casa Ecológica, utilizada como ferramenta pedagógica para demonstrar tecnologias sustentáveis. Durante as visitas guiadas, a gestora apresenta o funcionamento dos painéis solares, do sistema de captação de água da chuva e dos princípios de construção ecológica que estruturam o espaço. Essa abordagem prática amplia a compreensão dos visitantes sobre sustentabilidade urbana e consumo consciente. O CEA Polônês também compartilha seu terreno com outro órgão público.

A Figura 9 mostra a Casa Ecológica com painéis solares instalados no telhado, demonstrando o uso de energia limpa. A Figura 10 apresenta o sistema de captação de água da chuva, com calhas e tubulações que recolhem e armazenam a água para uso sustentável no centro.

Figura 9: Casa ecológica.



Fonte: Elaborado pela autora (2025)

A figura 10 apresenta o sistema de captação de água da chuva, com calhas e tubulações que direcionam a água do telhado para armazenamento e uso sustentável.

Figura 10: Casa ecológica- sistema de captação de água da chuva.



Fonte: Elaborado pela autora (2025)

Apesar de sua boa localização, o CEA Polonês enfrenta desafios significativos. Um dos mais preocupantes é o processo de assoreamento em um trecho do córrego que atravessa o

espaço. Esse fenômeno tem causado desmoronamentos nas margens e limita o uso seguro da área, além de demandar intervenções que ultrapassem a capacidade operacional do pequeno número de servidores.

A figura 11 mostra o Córrego Sóter que atravessa o CEA Polonês, apresentando acúmulo de espuma e resíduos sólidos na superfície da água. Observa-se também erosão nas margens, onde parte do solo que cerca o curso d'água está cedendo. A cena evidencia um processo de degradação ambiental, com poluição hídrica e instabilidade das bordas do córrego.

Figura 11: Córrego sóter .



Fonte: Elaborado pela autora (2025)

Mesmo diante das limitações estruturais e físicas, o CEA Polonês mantém um papel importante na rede de Educação Ambiental da cidade, oferecendo atividades variadas e acessíveis, especialmente para visitantes que buscam vivência ambiental de curta duração e de fácil acesso, especialmente quando comparado a centros mais distantes.

Além das atividades de Educação Ambiental, o terreno compartilhado com outro órgão público reforça o caráter multifuncional do espaço — o que evidencia tanto o potencial de uso comunitário quanto os desafios de gestão e manutenção, já que as responsabilidades são divididas e nem sempre há coordenação institucional clara.

A Figura 12 mostra o auditório de recepção/palestras do CEA Polonês, equipada com datashow, cadeiras acolchoadas e outros recursos que oferecem suporte técnico e conforto para atividades educativas, favorecendo o atendimento de grupos de visitantes de diferentes idades.

Figura 12: Auditório para receber os visitantes.



Fonte: Elaborado pela autora (2025)

4.3 CEA Imbirussu

O CEA Odilza Fernandes Bittar (Imbirussu) foi instituído pelo Decreto nº 5.018, de 12 de dezembro de 2011, que oficializa sua criação como equipamento público de educação ambiental (CAMPO GRANDE, 2011b) .Ele está localizado na região do bairro Amambaí, próximo ao Horto Florestal, dentro da Bacia do Córrego Imbirussu, uma das mais importantes da área urbana de Campo Grande-MS devido às suas nascentes, áreas úmidas e presença de vegetação associada a ambientes alagáveis.

A figura 13 mostra a entrada do CEA Imbirussu, com uma fachada moderna e detalhes em ripas de madeira. Há um portão metálico escuro e uma janela de vidro. A área em frente é pavimentada.

Figura 13: Fachada do CEA Imbirussu.

Fonte: Elaborado pela autora (2025)

O CEA Imbirussu é um dos espaços mais estruturados da cidade e possui características que o diferenciam dos demais Centros de Educação Ambiental de Campo Grande-MS. Localizado próximo ao Horto Florestal, o centro conta com auditório, trilha ecológica extensa, viveiro de aves, estufa de mudas e áreas destinadas a oficinas e encontros educativos. Sua criação aconteceu na década de 2000, como parte de um conjunto de ações municipais voltadas para ampliar os espaços de educação ambiental e aproximar a comunidade das áreas verdes urbanas.

Figura 14 mostra área com várias mesas e bancos de concreto. O local serve como ponto inicial da trilha onde a professora Maria Aparecida bióloga recebe os visitantes para explicar sobre a trilha do Imbirussu.

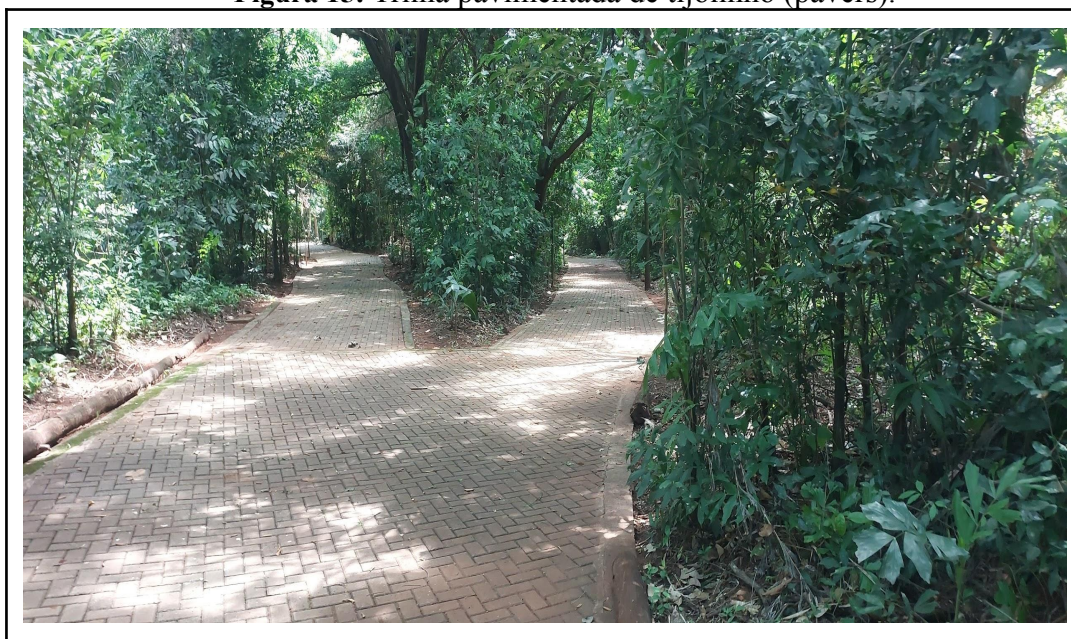
Figura 14: Ponto de início da trilha.

Fonte: Elaborado pela autora (2025)

Durante a pesquisa, foi possível observar que o Imbirussu é o CEA que oferece a maior variedade de atividades. Diferentemente dos outros centros, que dependem quase exclusivamente da trilha, o Imbirussu disponibiliza oficinas ambientais, vivências práticas, atividades de sensibilização e ações voltadas à arborização urbana. O local também possui acesso a viveiros e cultivo de mudas, porém essas estruturas não fazem parte do parque mas podem ser utilizadas pela equipe.

A figura 15 apresenta a trilha principal, pavimentada predominantemente com blocos intertravados de concreto (pavers). Apenas um trecho menor é composto por cimento batido.

Figura 15: Trilha pavimentada de tijolinho (pavers).



Fonte: Elaborado pela autora (2025)

A professora de biologia e educadora ambiental Maria Aparecida Estodutto é uma das guias da trilha e comentou que há uma grande procura pelas atividades de observação de aves, já que o CEA possui um ambiente propício para avistamentos e atrai praticantes da atividade, Birdwatchers Birder Passarinheiros. As visitas aos viveiros também chamam bastante atenção dos visitantes, especialmente por possibilitarem uma relação mais direta com a fauna local.

A figura 16 mostra a área do viveiro, com estruturas simples, usadas para cuidar e cultivar mudas. O local é cercado por vegetação.

Figura 16: Viveiro.

Fonte: Elaborado pela autora (2025)

A Professora também destacou desafios significativos, como a falta de internet e telefone institucional, o que dificulta a comunicação com escolas e torna mais lento o processo de agendamento. A manutenção de alguns equipamentos depende de solicitações que, em geral, demoram a ser atendidas após a mudança de gestão para a Planurb.

A figura 17 mostra o córrego Imbirussu que atravessa a área do CEA Imbirussu. O centro possui diversos pontos com presença de água, como nascentes, pequenos cursos d'água e áreas de acúmulo natural, que funcionam como ambientes úmidos essenciais para a fauna e a vegetação.

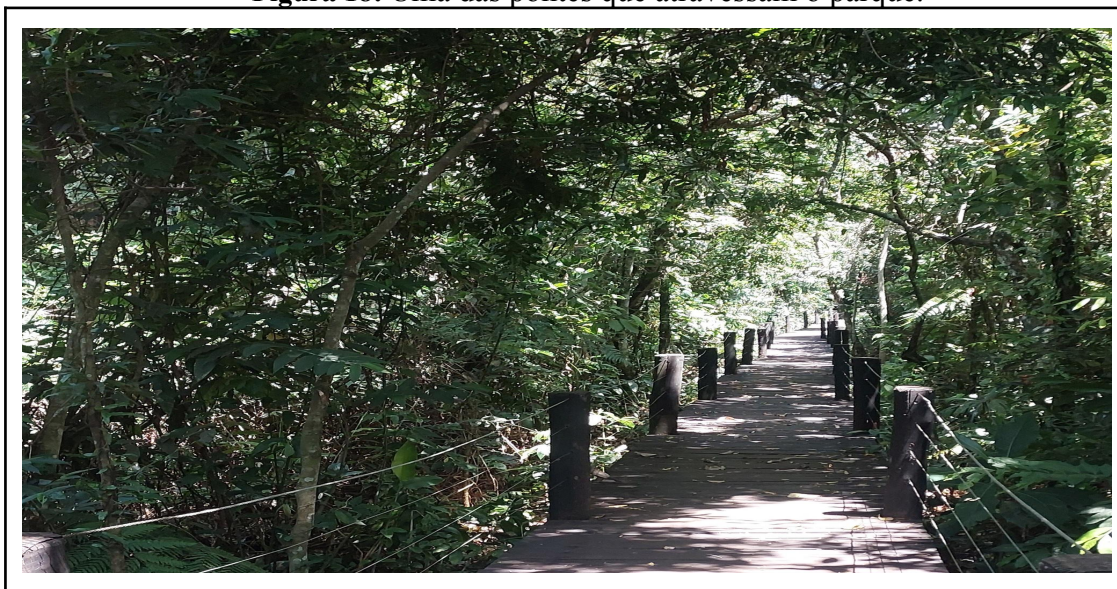
Figura 17: Córrego Imbirussu.

Fonte: Elaborado pela autora (2025)

Apesar dessas limitações, o CEA Imbirussu se mantém ativo e reconhecido pela comunidade, principalmente porque sua estrutura permite experiências educativas variadas, acessíveis e adaptáveis às necessidades de cada grupo visitante. Essa versatilidade explica por que tantas visitas e projetos escolhem o Imbirussu para suas atividades de educação ambiental, reforçando o papel essencial do centro na formação ecológica dos estudantes do município de Campo Grande-MS.

Figura 18 uma das pontes que fazem parte da trilha, devido à grande quantidade de água presente na área, o CEA Imbirussu possui trechos da trilha equipados com pontes de madeira. A estrutura integra-se ao ambiente natural, facilitando o acesso e contribuindo para a conservação da área.

Figura 18: Uma das pontes que atravessam o parque.



Fonte: Elaborado pela autora (2025)

4.4 Reconhecimento institucional dos CEAs e o caso do Projeto Florestinha

Durante as conversas com gestores e profissionais que atuam nos Centros de Educação Ambiental (CEAs) de Campo Grande-MS, surgiu uma importante reflexão sobre o espaço localizado no Parque Cônsul Assaf Trad, frequentemente referido em documentos oficiais como “CEA Cônsul Assaf Trad”. Na verdade, este espaço abriga o Projeto Florestinha, criado em 1992 pela Polícia Militar Ambiental de Mato Grosso do Sul (PMA/MS), com o objetivo de promover educação ambiental voltada à formação ecológica de crianças e adolescentes.

O Projeto Florestinha desenvolve uma série de atividades educativas que incluem oficinas, palestras, teatro de fantoches, plantio de mudas e ações de sensibilização ambiental. Apesar da relevância socioambiental e do impacto positivo junto à comunidade escolar, o

espaço não possui decreto de criação como Centro de Educação Ambiental, o que o diferencia formalmente dos demais CEAs do município.

O uso da nomenclatura “CEA Cônsul Assaf Trad” em alguns relatórios, como o Relatório do Programa Municipal de Educação Ambiental de 2017 (PLANURB, 2018), reflete apenas um reconhecimento administrativo informal, não implica que o espaço tenha sido formalmente instituído como CEA, com todos os direitos, deveres e recursos que essa condição exige.

Segundo as diretrizes do Ministério do Meio Ambiente (MMA, 2006) e da Política Nacional de Educação Ambiental (Lei nº 9.795/1999), um Centro de Educação Ambiental deve ter:

- Finalidade pedagógica formal e contínua;
- Infraestrutura adequada e equipe técnica específica;
- Vinculação institucional e ato legal de criação (decreto, portaria ou resolução);
- Registro ou reconhecimento em sistemas oficiais, como o IMASUL ou o Sistema Brasileiro de CEAs.

Em Campo Grande, apenas três CEAs possuem criação formal por decreto municipal:

- CEA Leonor Reginato Santini (Polonês) – Decreto nº 4.975, de 25 de julho de 2011 (CAMPO GRANDE, 2011a);
- CEA Odilza Fernandes Bittar (Imbirussu) – Decreto nº 5.018, de 12 de dezembro de 2011 (CAMPO GRANDE, 2011b);
- CEA do Parque Ecológico do Anhanduí – Decreto nº 3.762, de 19 de junho de 2000 (CAMPO GRANDE, 2000).

O Projeto Florestinha, portanto, não figura entre os CEAs oficialmente reconhecidos. Isso ocorre principalmente por quatro razões:

1. Vinculação administrativa específica: ele pertence à PMA/MS e não a um órgão municipal de educação ambiental, o que dificulta enquadrá-lo dentro da estrutura formal de CEAs.
2. Ausência de decreto municipal: sem um ato normativo, o espaço não pode pleitear recursos vinculados aos CEAs, como ICMS Ecológico ou programas de fomento à educação ambiental.

3. Recursos e infraestrutura: transformar o projeto em CEA exigiria adequação de equipe, orçamento próprio, registro institucional e integração com políticas públicas, algo que atualmente não ocorre.
4. Objetivo original do projeto: o Florestinha foi criado com foco educativo e operacional dentro da PMA. Torná-lo um CEA formal exigiria mudanças institucionais que poderiam alterar seu escopo e funcionamento.

Apesar disso, o valor educativo e social do Projeto Florestinha é inegável. Mesmo sem o *status* jurídico de CEA, ele atua como um agente complementar na educação ambiental, formando crianças e adolescentes, despertando a consciência ecológica e fortalecendo o vínculo da comunidade com a natureza. Em muitas ocasiões, ele preenche lacunas que os CEAs formais ainda enfrentam, especialmente no atendimento de grupos escolares e na promoção de atividades lúdicas e de sensibilização ambiental.

4.5 Desafios e potencialidades

A análise dos três Centros de Educação Ambiental (CEAs) de Campo Grande revela que, apesar das limitações estruturais, de recursos e de pessoal, esses espaços possuem enorme potencial educativo, ambiental e social.

O que mais se destaca é o comprometimento humano: gestores, educadores e técnicos atuam por vocação, com amor e pertencimento, mantendo vivos projetos e ações que impactam positivamente escolas, crianças e comunidades.

O quadro a seguir apresenta, de forma resumida, a estrutura física, equipe, principais atividades e desafios dos três Centros de Educação Ambiental analisados no município. A tabela a seguir apresenta um resumo das principais características dos três Centros de Educação Ambiental de Campo Grande: CEA Anhanduí, CEA Polonês e CEA Imbirussu. Foram considerados aspectos como localização, estrutura física, equipe, atividades realizadas e os principais desafios enfrentados por cada unidade. Essa síntese permite visualizar de forma clara as diferenças entre os centros e compreender como suas condições influenciam o funcionamento das ações de Educação Ambiental no município.

Caracterização Geral dos Centros de Educação Ambiental de Campo Grande – MS

CEA	Localização e Bacia Hidrográfica	Estrutura Física	Equipe	Principais Atividades	Desafios Identificados
CEA Anhanduí (Parque Ecológico do Anhanduí – Decreto nº 3.762/2000)	Bairro Aero Rancho, inserido na Bacia Hidrográfica do Anhanduizinho. Área de nascentes e veredas sensíveis.	Área de preservação; trilha estreita e fechada; solo hidromórfico; sede simples; sala de recepção; estrutura circular sobre ponto de passagem de águas subterrâneas.	2 servidores (gestor + colaborador).	Trilhas orientadas; oficinas pontuais; horta escolar; atividades educativas restritas devido à fragilidade ambiental.	Vandalismo; falta de segurança; ausência de manutenção; poucos funcionários; perda de veredas por canalização das águas; ausência de plano de manejo; visitas suspensas em dias de chuva.
CEA Polonês (Leonor Reginato Santini – Decreto nº 4.975/2011)	Bairro Santa Fé, região central; próximo ao Parque das Nações Indígenas; inserido na Bacia Hidrográfica do Prosa.	Trilha curta pavimentada com blocos intertravados (pavers); Casa Ecológica; auditório pequeno; área de convivência; vegetação frutífera; uso compartilhado com outro órgão público.	1 servidor efetivo + colaboradores temporários.	Trilhas; visitas guiadas; demonstração de tecnologias sustentáveis (painéis solares e captação de chuva); eventos educativos.	Assoreamento e erosão no Córrego Sóter; equipe reduzida; limitações físicas para expansão; responsabilidades divididas pelo uso compartilhado do espaço.
CEA Imbirussu (Odilza Fernandes Bittar – Decreto nº 5.018/2011)	Bairro Amambaí, próximo ao Horto Florestal; localizado na Bacia do Córrego Imbirussu (áreas úmidas, nascentes e cursos d'água).	Auditório; trilha extensa com pavimento intertravado; áreas úmidas; pontes de madeira; ponto inicial com mesas; estufa e viveiros de mudas (pertencentes ao Horto, mas com acesso da equipe).	Aproximadamente 6 funcionários e educadores.	Trilhas; oficinas ambientais; vivências práticas; observação de aves (birdwatching); apoio à arborização urbana; atividades de sensibilização.	Falta de internet e telefone institucional; demora na manutenção; dependência de estruturas externas; necessidade de maior suporte após transição para a Planurb.

A partir dessa análise, percebe-se que o CEA Imbirussu se destaca pela infraestrutura consolidada e pela diversidade de atividades, oferecendo experiências educativas adaptáveis a

diferentes perfis de visitantes, incluindo observação de aves, oficinas e interação com viveiros. Já o CEA Anhanduí, o primeiro centro criado na cidade, enfrenta vulnerabilidades significativas, como abandono estrutural, invasões, equipe reduzida e limitações para visitas escolares — especialmente em períodos de chuva, quando o solo hidromórfico se torna perigoso. O CEA Polonês, embora menor em extensão e mais parecido com uma praça, se beneficia da localização central, da Casa Ecológica e da diversidade de espécies frutíferas, mas depende de investimentos e parcerias para consolidar seu potencial.

Mesmo diante dessas limitações, a dedicação das equipes é o motor que mantém a Educação Ambiental em funcionamento. A criatividade, o engajamento com a comunidade e o esforço pessoal dos profissionais mostram que esses espaços vão além da infraestrutura física: são lugares de resistência, aprendizado e cuidado com a natureza e com o território, desempenhando papel essencial na formação ambiental de crianças e adolescentes.

A transição da administração dos CEAs da SEMADUR para a PLANURB trouxe desafios adicionais, como a adaptação a novos procedimentos, a dependência de outros setores para manutenção e infraestrutura, e a necessidade de redefinir fluxos de trabalho e prioridades. Essa mudança evidenciou a vulnerabilidade dos centros diante de alterações institucionais, tornando ainda mais evidente a importância do comprometimento e da resiliência das equipes para garantir a continuidade das atividades educativas.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os Centros de Educação Ambiental (CEAs) de Campo Grande-MS são muito mais do que espaços de visitação: são verdadeiros laboratórios vivos de educação e cidadania ambiental, capazes de aproximar crianças, adolescentes e a comunidade da natureza, promovendo valores de cuidado, pertencimento e responsabilidade socioambiental.

No entanto, a realidade observada revela um descaso institucional preocupante. Apesar da relevância desses espaços, os CEAs enfrentam abandono estrutural, falta de investimentos regulares, ausência de manutenção e carência de pessoal, problemas que poderiam ser minimizados com uma gestão pública mais comprometida. O CEA Anhanduí, pioneiro e de grande potencial pedagógico, sofre com invasões e escassez de equipe; o CEA Imbirussu, mesmo oferecendo a maior diversidade de atividades, enfrenta falhas na comunicação, manutenção precária e burocracia; e o CEA Polonês, embora localizado estrategicamente, convive com problemas de assoreamento e limitações físicas que impedem qualquer expansão.

A análise evidencia que a responsabilidade e o comprometimento dos profissionais que atuam nos CEAs têm sido o principal motor para a manutenção das atividades. Gestores e educadores, movidos por paixão e vocação, mantêm vivas as ações educativas mesmo diante da negligência da administração municipal. Esse esforço não substitui, porém, a falta de políticas públicas consistentes e de apoio estrutural por parte da PLANURB e da Prefeitura de Campo Grande. A ausência de planejamento, de investimento contínuo e de priorização da educação ambiental demonstra descompromisso com a formação crítica de crianças e jovens e com a conservação ambiental na cidade.

Apesar desse cenário, existem potencialidades evidentes. A Política Municipal de Educação Ambiental (2023) representa uma oportunidade de fortalecimento institucional, mas sua efetividade depende da vontade política de investir, gerir e monitorar de forma consistente. Os CEAs poderiam assumir um papel estratégico na educação ambiental crítica e criativa, oferecendo experiências significativas que apoiem professores e alunos, mas sem a devida estrutura e suporte, seu potencial fica limitado.

Para o futuro, é urgente:

- A elaboração de um Plano de Manejo Integrado que contemple infraestrutura, uso pedagógico e conservação ambiental;

- A criação de um programa municipal de visitas escolares contínuas, garantindo frequência e qualidade das atividades;
- A ampliação de parcerias com universidades, ONGs e sociedade civil, com apoio institucional da Prefeitura;
- A implementação de projetos de formação docente voltados à educação ambiental prática, interdisciplinar e crítica;
- Uma mudança na prioridade da gestão pública, reconhecendo que os CEAs representam importantes espaços de educação e conservação ambiental na cidade, e não locais de menor relevância.”

Em síntese, os CEAs de Campo Grande-MS são sementes de transformação social e ambiental. Quando bem cuidados e apoiados, florescem em consciência, responsabilidade e cidadania — exatamente o que a cidade precisa. A atual negligência da Prefeitura e da PLANURB não apenas ameaça a continuidade das atividades, mas compromete a formação de gerações futuras conscientes e engajadas com a preservação do meio ambiente. Garantir a valorização e o reconhecimento desses centros é investir no futuro da educação, da sustentabilidade e da própria sociedade.

REFERÊNCIAS

BLOG CAMPO GRANDE SUSTENTÁVEL. Centros de Educação Ambiental. Disponível em: <https://campograndesustentavel.blogspot.com>. Acesso em: 24 nov. 2025.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981. **Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente.** Diário Oficial da União, Brasília, DF, 1981.

BRASIL. Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999. **Dispõe sobre a Política Nacional de Educação Ambiental.** Diário Oficial da União, Brasília, DF, 1999.

CAMPO GRANDE (MS). Decreto nº 3.762, de 19 de junho de 2000. Cria o Centro de Educação Ambiental do Parque Ecológico do Anhanduí. Campo Grande, MS, 2000.

CAMPO GRANDE (MS). Decreto nº 4.975, de 25 de julho de 2011. Cria o Centro de Educação Ambiental Leonor Reginato Santini (Polonês). Campo Grande, MS, 2011a.

CAMPO GRANDE (MS). Decreto nº 5.018, de 12 de dezembro de 2011. Cria o Centro de Educação Ambiental Odilza Fernandes Bittar (Imbirussu). Campo Grande, MS, 2011b.

CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO GRANDE. Política Municipal de Educação Ambiental. Campo Grande, MS: Câmara Municipal, 2023.

DELIZOICOV, D.; ANGOTTI, J. *A prática de ensinar e aprender ciências.* São Paulo: Cortez, 2002.

FREIRE, P. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.* São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GUIMARÃES, R. *Experiências em Educação Ambiental: teoria e prática.* São Paulo: Moderna, 2004.

JACOBI, P. *Desenvolvimento sustentável e políticas públicas no Brasil.* Rio de Janeiro: Garamond, 2003.

LIMA, F. *Educação Ambiental: conceitos e práticas.* Campo Grande: UEMS Editora, 2024.

MINAYO, M. C. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde.* 10. ed. São Paulo: Hucitec, 2008.

MMA – MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. *Diretrizes para Centros de Educação Ambiental.* Brasília: MMA/Organização de Conservação Ambiental, 2006.

PROJETO FLORESTINHA. Polícia Militar Ambiental de Mato Grosso do Sul. Disponível em: <https://www.pm.ms.gov.br/projetos/florestinha>. Acesso em: 24 nov. 2025.

REIGOTA, M. *O que é educação ambiental.* São Paulo: Brasiliense, 1994.

REIGOTA, M. *Educação ambiental: o estado da arte.* São Paulo: Cortez, 2012.

SAUVÉ, L. *Educação ambiental: possibilidades e limites.* São Paulo: Cortez, 2005.

SOUZA, F. L. de. Educação ambiental e o CEA Polonês em Campo Grande-MS. Universidade Federal da Grande Dourados, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufgd.edu.br/jspui/bitstream/prefix/3337/1/FabioLemesdeSouza.pdf>. Acesso em: 24 nov. 2025.

WIKILOC. Observação de aves – CEA Imbirussu. Disponível em: <https://pt.wikiloc.com/trilhas-observacao-de-aves/cea-imbirussu-40153537>. Acesso em: 24 nov. 2025.